

Marcos Botton Piccin<sup>1</sup>

*Patronato estancieiro gaúcho: de  
subsidiários das lavouras de exportação a  
produtores de artigos de luxo<sup>2</sup>*

A análise das estratégias de reprodução econômica dos grandes proprietários de terras do sul do país é praticamente ausente na literatura especializada que trata o pós-1930. Esse é um período em que outras elites agrárias entram em decadência econômica, como no caso dos *senhores de engenho* (GARCIA JR., 1989), ou política, como os cafeicultores do Sudeste (MICELI, 1979; STOLCKE, 1986). As estratégias para fazer frente às crises econômicas passaram a comportar a criação de institutos nacionais de proteção setorial, como o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) para as elites agrárias nordestinas e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) para as elites agrárias do Sudeste (COELHO, 2001). Mas pouco se conhece o que se processou no caso de seus homólogos sulinos, *criadores* de gado extensivo, cujos domínios se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* os seus senhores. Trata-se de famílias de aristocracia de base agrária que a partir de 1930 passaram a ocupar os principais postos de mando na burocracia do Estado brasileiro (LOVE, 1975; GARCIA JR., 2007) até o início da redemocratização do país na década de 1980 (PICCIN, 2012), de forma semelhante aos casos analisados por Moore Jr. (1983) em que as elites agrárias asseguram uma transição à sociedade industrial sem perder o controle sobre o campo.

A bibliografia que analisa a economia do Rio Grande do Sul possui duas características principais (cf. CARRION JR., 1993; MÜLLER, 1993; ALONSO *et al.*, 1994; KIELING, 1999; HERRLEIN JR., 2000; ACCURSO,

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor Adjunto no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e na Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Brasil.

<sup>2</sup> Artigo baseado no Capítulo III da tese de doutorado do autor, Piccin (2012).

2002; entre outros): a) até 1930, o centro analítico é a atividade estancieira; passando a dedicar-se sobretudo à economia industrial constituída entre as colônias e a capital do estado; b) dissocia abstratamente “a economia”, sem imersão desta prática no conjunto das demais práticas do mundo social (POLANYI, 2000); ou seja, a análise econômica vira análise estatística e não uma investigação da *economia das práticas econômicas*, que exigiria a compreensão das estratégias relacionamente postas em prática pelos agentes num dado espaço social (BOURDIEU, 2000). Em sua busca por enfatizar a geografia do interesse econômico gaúcho Heidrich (2000), nem se quer cita as estratégias econômicas postas em prática pelos setores dominantes na região estancieira pós-1930. Já os historiadores, ainda debruçados em sua maioria sobre o século XIX, justificam suas investigações somente até o ano de 1930 (MAESTRI, 2010a, p. 11; MAESTRI, 2010b). O único estudo que aborda a complexidade do espaço social no qual os estancieiros estão inseridos na década de 1930 é o de Pesavento (1980a; 1980b), mas que não dá consequência analítica aos fatos que reúne, assemelhando-se mais com um rico apanhado de documentos sobre a época.

Este artigo analisa a criação do chamado Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 1934, autarquia do governo estadual, cuja diretoria era composta de forma paritária entre o governo e os estancieiros, sendo extinto em 1991. Esse Instituto nasceu do fim das charqueadas e constituiu uma rede de frigoríficos em vários municípios da Campanha sob controle dos próprios estancieiros. Mas os significados vão além do fato de que agora eram os estancieiros que definiam o preço pago aos seus próprios gados, pois implicou a transformação da natureza da inserção de classe dos *senhores de terra* gaúchos nas relações entre as elites nacionais: até então os estancieiros eram produtores de charque que se destinava à alimentação das classes trabalhadoras das lavouras de exportação, açúcar e café; agora, produtores de carne frigorificada destinada às classes médias e altas urbanas viam-se libertos da submissão imposta por outras frações da classe dominante.

Mas a criação do referido Instituto foi resultado de um demorado processo de disputas e confrontos entre *charqueadores*, *criadores* e frigoríficos, numa conjuntura de repetidas crises do preço do charque e da carne frigorificada ao longo das décadas de 1920 e 1930. Importante destacar que a saída encontrada pelos estancieiros não foi a única considerada como alternativa à situação de crise de receitas havia outra que previa a venda ou o arrendamento parcelar das terras para pequenos agricultores da região colonial. A alternativa de constituição do Instituto foi se afirmando aos poucos, de acordo com a dinâmica das

lutas. A resultante dessas lutas, com a criação do Instituto, redefiniu a morfologia do patronato estancieiro e os interesses em jogo, pois até então se confrontavam os *estancieiros que só criavam* com os *estancieiros que criavam e que também eram proprietários de charqueadas* – ao longo do texto chamarei de *criadores* e *charqueadores*, respectivamente –, atores sociais que se transformaram apenas em *criadores*. No Nordeste, no mesmo período, ocorre o contrário, os senhores de engenho se diferenciam entre *usineiros* e *fornecedores* (GARCIA JR., 1989).

Este artigo tem como fio condutor a análise das estratégias dos diferentes agentes que constituíram um campo de força na definição dos rumos da economia estancieira entre as décadas de 1920 e 1940. Trata-se de entender esse campo de forças como um *espaço de relações*, no qual as jogadas de um agente influenciam as jogadas dos demais (BOURDIEU, 2002). Esta pesquisa foi realizada entre 2009 e 2012, e os dados apresentados neste artigo baseiam-se na análise documental e bibliográfica sobre o período considerado.

Este trabalho ainda pretende problematizar a posição segundo a qual os estancieiros estariam mais bem preparados para a Revolução de 1930 do que seus homólogos, uma vez que dependeriam menos do mercado internacional (LOVE, 1975, p. 271). Demonstraremos que tão graves quanto a crise econômica sofrida por outras elites agrárias, os motivos para, talvez, estarem mais bem preparados, não se devem buscar na economia criatória, mas nas trajetórias da elite agrária gaúcha que possuía variados tipos de investimentos sociais, simbólicos e mesmo econômicos.

### ***Reunião de charqueadores, a postos, fazendeiros! Um campo aberto de lutas entre charqueadores, criadores e frigoríficos***

Na complexa relação que envolvia *criadores*, *charqueadores* e *frigoríficos*, a reação dos dois últimos frente aos períodos de retração da demanda era a de diminuir o número dos abates para tentar controlar a oferta de produtos no mercado e evitar a diminuição do preço. Especificidades de cada caso dependiam das características de acesso aos mercados e de estratégias e modos de processamento, como se verá a seguir. A procura menor por gados fazia despencar o preço pago aos *criadores*. Assim foi no início dos anos de 1920, resultado do fim da demanda estimulada pela Primeira Guerra e assim também foi a partir de 1926, aprofundando-se com o *crash* de 1929. Após 1923, houve recuperação da demanda internacional por carnes frigorificadas, desencadeando a chamada “guerra da carne” nos países platinos devido à concorrência entre os frigoríficos e o conseqüente aumento

do preço pago ao criador. Essa conjuntura repercutiu internamente no Rio Grande do Sul, forçando os *charqueadores* a seguirem a tendência de alta devido à concorrência pelo gado dos *criadores*. Contudo, em 1926, houve uma longa greve nas minas de carvão da Inglaterra, somada a problemas internos de desvalorização da libra, atingindo os *charqueadores* platinos. A “guerra da carne” só acabou em outubro de 1927, depois de um acordo entre os frigoríficos internacionais pela divisão do mercado platino, o que fez cair o preço pago aos *criadores*. Com o problema do mercado inglês, os *charqueadores* platinos deslocaram seus produtos para o Brasil e as Antilhas, aumentando a concorrência com o charque gaúcho (PESAVENTO, 1980a, p. 228-240; AXT, 2011, p. 318).

Para os *criadores*, agora os frigoríficos não funcionavam mais como reguladores do preço da carne para forçar os *charqueadores* a seguirem as tendências de alta, vendo o preço do gado, ser comprimido por todos os compradores. Os *charqueadores* identificavam como a causa da crise por eles enfrentada o excesso de charque oferecido no mercado e, para fazer frente à queda dos preços era necessário reduzir os abates e/ou realizar estoques do produto. A compra do gado e a venda do charque deveriam ser mais bem coordenadas para que se tivesse efeito positivo sobre o preço deste. Ainda no final de 1925, os *charqueadores* marcavam para 11 de fevereiro do ano seguinte um congresso entre seus pares para a constituição de uma associação. A Associação dos Charqueadores agiria como *trust*, controlando os preços de compra de gado e venda de charque, em defesa do grupo (RIBEIRO, 1978, p. 47).

Imediatamente houve a resposta dos *criadores* e em 28 de janeiro de 1926, um artigo do jornal *Diário do Comércio* resumia o estado de ânimos sob o título *Reunião de charqueadores: a postos, fazendeiros!* Nos principais municípios do estado, os *criadores* realizavam reuniões e, em agosto de 1926, foi formada em Porto Alegre a Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul. Nos vários encontros e assembleias realizadas pelas associações municipais de *criadores*, o contrabando de gado na fronteira era identificado como a causa da crise, procurando construir um amplo arco de aliança com a bancada gaúcha no Congresso e integrantes do Governo Federal.<sup>3</sup> As mobilizações das associações municipais e a formação da associação estadual levam à

---

<sup>3</sup> O contrabando de gado na fronteira com o Uruguai era um antigo problema e fazia entrar o gado Uruguaio para o mercado brasileiro de charque, derrubando os preços (AXT, 2011, p. 164-165).

rearticulação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, resultado da fusão da União dos Criadores e da Federação Rural em 1921, que se havia desarticulado devido à Revolução de 1923. As novas mobilizações dos *criadores* convocam um congresso estadual da Associação dos Criadores do Estado do Rio Grande do Sul para 24 de maio de 1927, quando então é recriada a antiga Federação, sendo esta a data oficial de criação da atual Federação das Associações Rurais do Estado Rio Grande do Sul – FARSUL (RIBEIRO, 1978, p. 47; PESAVENTO, 1980b, p. 244-253).

Na véspera do referido Congresso, os *charqueadores* sentiam-se acuados e criticavam os *criadores* por que seus interesses não seriam adequadamente levados em consideração, uma vez que também criavam. Cedendo às pressões, a partir de então os congressos anuais da FARSUL congregariam tanto *criadores* como *charqueadores*. O Congresso de 1927, conduzido por Joaquim Luis Osório, criador, charqueador, arroteiro em Pelotas e deputado estadual, fora marcado por intervenções sobre a necessidade de união de *charqueadores* e *criadores*. Depois de acaloradas discussões sobre o contrabando de gado em que, de um lado, se portavam os *charqueadores* da fronteira e, de outro, os *criadores* que se sentiam prejudicados, as resoluções foram no sentido claro de mediação entre os envolvidos. O Segundo Congresso, realizado em 28 de março de 1928, afirmava, por um lado, que o contrabando deveria ser extinto e, por outro, sugeriam que os *charqueadores* constituíssem um Sindicato, por proposição do próprio Getúlio Vargas. Enquanto Vargas e João Neves da Fontoura buscaram negociar na Câmara dos Deputados, especialmente com a bancada de Mato Grosso,<sup>4</sup> a chamada desnacionalização do charque, aprovada em novembro de 1928, que considerou estrangeiro todo o charque transitado por portos estrangeiros, acabando com o tráfico das guias de trânsito e reprimindo o contrabando, a FARSUL convocava para julho de 1928 um Congresso de Charqueadores com o objetivo de criar um Sindicato do Charque (LOVE, 1975, p. 240; PESAVENTO, 1980a, p. 271).

As contradições expressavam-se por meio de uma mesma entidade e revelavam a morfologia da classe grande proprietária de terras estancieira do estado, que, em se tratando da pecuária, distinguia-se

---

<sup>4</sup> Os charqueadores de Mato Grosso também escoavam a produção pelos afluentes do rio da Prata para transportar o charque até os portos uruguaios e de lá para os mercados brasileiros. Beneficiavam-se, assim como os charqueadores da fronteira do Rio Grande do Sul, do mesmo sistema de falsificação das guias de trânsito (LOVE, 1975, p. 240; PESAVENTO, 1980a, p. 271).

entre *criadores* e *charqueadores*. Pelo que indicam Ribeiro (1978, p. 27) e Pesavento (1980a), foi a partir da conjuntura de alta do preço do charque provocada pela Primeira Guerra e da expansão das estradas de ferro que grandes proprietários de terra lançaram-se à construção de charqueadas em vários municípios de economia pastoril do interior do estado, deslocando o antigo centro charqueador de Pelotas.<sup>5</sup> A partir de então, o gado passara a ser abatido próximo dos locais de criação e, assim, não perdia peso devido ao longo caminho de até 15 dias às charqueadas pelotenses. Esta tendência permaneceu durante a década de 1920, como no caso do município de Júlio de Castilhos no centro-norte do estado, em que, já tendo um estabelecimento charqueador, foram fundados outros dois em 1925 (PESAVENTO, 1980a, p. 234).

Inspirados no sucesso que tivera o Sindicato Arrozeiro (FRAQUELLI, 1993) no controle da oferta e consequente aumento do preço do arroz, os *charqueadores*, já em 1929 passam a controlar a oferta do charque, fazendo o preço recebido por kg saltar de 1\$800 em 1928, para 2\$300 em 1929 (PESAVENTO, 1980a, p. 277). No entanto, isso gerava um conjunto de outros problemas devido aos estoques de charque que se acumulavam. Na formação e manutenção de tais estoques é que foi utilizada a maior parte dos recursos de financiamento do recém criado Banco do Estado do Rio Grande do Sul/BERGS - hoje chamado de Banrisul -, sendo que, no ano de 1929, 50 mil contos foram disponibilizados para este fim, e somente 17.577 contos para empréstimos hipotecários a longo prazo para o financiamento direto de *criadores* (PESAVENTO, 1980a, p. 268). Com estoques de charque cada vez maiores, menor era o número de abates que se realizavam e consequentemente maior era a pressão sobre o preço pago ao criador.<sup>6</sup> Uma das estratégias utilizadas pelos *charqueadores* era considerar muito alto o preço dos bovinos no início da *safra* e atrasar os abates para forçar os *criadores* a vender por um preço menor antes do início do inverno. Os bovinos engordam a partir da primavera, quando as pastagens naturais se revigoram, e são

---

<sup>5</sup> De acordo com Pesavento (1980a, p. 168-173), em 1919, havia 28 charqueadas no Rio Grande do Sul, “[...] estando o maior número delas em Bagé e Pelotas”. Em 1933, se descontarmos os quatro frigoríficos – duas plantas Swift, Armour e Wilson –, temos 38 charqueadas espalhadas em 16 municípios do estado.

<sup>6</sup> Em 1930, Marcial Gonçalves Terra, advogado, criador, charqueador e deputado estadual, alertava que, se os abates para a produção de charque já haviam atingido nos anos precedentes a cifra de um milhão de cabeças, em 1930 esse número caíra para 343 mil cabeças. E asseverava que “nesta progressão, pouco teremos que matar em 1931 [...]” - (PESAVENTO, 1980b, p. 57).

vendidos antes do inverno, quando o gado perde peso, pois as pastagens naturais perdem potencial de crescimento.<sup>7</sup> Se o criador não vender antes do inverno, os bovinos perdem a maior parte do peso que ganharam no período anterior e, além disso, vão competir com os novos bezerros que nascem ano a ano, aumentando as taxas de mortalidade dos animais no campo. Portanto, gerava-se a estranha situação de haver enormes extensões de campos quase desertos de bovinos, mas muito lotados frente à demanda de abates. Outra consequência lógica do ponto de vista do criador era a substituição das raças europeias, até então introduzidas por importação através do Uruguai, ou pelo estímulo dos frigoríficos em pagar um preço diferenciado, por raças mais resistentes a doenças e ao sistema extensivo de criação, aumentando a diferença de qualidade dos rebanhos com relação aos países do Prata.<sup>8</sup> Obviamente a pressão também se fazia sobre a forma de remuneração dos trabalhadores nas estâncias.<sup>9</sup>

Entretanto outros problemas surgiam aos próprios *charqueadores* devido aos estoques de charque. Além de gerar discordâncias acerca das cotas que cada charqueador teria direito de colocar no mercado, o alto preço do produto estimulava o surgimento de novos concorrentes no mercado interno. Desde o final da Primeira Guerra os principais concorrentes do charque gaúcho no mercado carioca já eram produtores de outros estados do país, especialmente Minas Gerais (PESAVENTO, 1980a, p. 184). A conjuntura do final dos anos 1920, de aumento do preço do charque pela ação do Sindicato dos Charqueadores e da crise mundial de 1929, que retraiu ainda mais o mercado internacional de carnes frigorificadas, fez os frigoríficos entrarem na produção charqueadora e concentrarem a maior parte dos abates para esse fim (PESAVENTO, 1980b, p. 53). A partir de 1931, o referido Sindicato não conseguiu mais controlar a oferta, e o preço do charque voltou aos níveis dos anos anteriores. A relação entre o volume de produção de

---

<sup>7</sup> Em 1969, um estudo encomendado pelo Banco Nacional do Comércio (1968, p. 100) estimou que o rendimento médio de carne por cabeça abatida na safra era de 225 kg, na entressafra era de 192 kg.

<sup>8</sup> De acordo com um levantamento realizado pelo Governo do Estado em 1935, de um total de 10.129.000 bovinos, apenas 349 animais eram de raças europeias, e, de um total de 18.402.000 ovinos, apenas 35 animais eram de raças consideradas “finas” (PESAVENTO, 1980b, p. 154). Maestri (2010b, p. 11) equivoca-se quando argumenta o contrário.

<sup>9</sup> Sobre o sistema e modo de exploração dos trabalhadores nas estâncias, ver Piccin (2012, capítulo VI).

charque e de carne frigorificada só começou a se modificar em favor desta última a partir de 1936, quando aumentara a demanda nos mercados europeus; até então subia ano a ano os abates destinados para a produção do charque, sendo em 1933, o maior índice de 84,26% para esse fim e apenas 15,74% para a produção de carnes frigorificadas; a partir de 1936 começa a tendência contrária mais acentuada, sendo 72,56% destinados para carne salgada e 27,44% para a produção carnes frigorificadas (PESAVENTO, 1980b, p. 53 e 147).

Assim, entre o final dos anos de 1920 e a primeira metade dos anos de 1930, a economia estancieira se convertia cada vez mais em charqueadora, ao contrário de estados como São Paulo, cuja industrialização da carne se dava, principalmente, por meio dos frigoríficos.<sup>10</sup> Com os estoques de charque, ou mesmo depois, com a impossibilidade de manter o controle sobre a oferta de charque, os *charqueadores* pressionavam para baixo o preço pago ao criador, tendência de diminuição que passou a ser seguida pelos frigoríficos. Se, na metade da década de 1920 os frigoríficos funcionaram ancorando para cima o preço da carne e, assim, obrigando os *charqueadores* a seguir a tendência de alta, agora eram as charqueadas que funcionavam ancorando para baixo o preço ao criador, servindo como referência aos frigoríficos.<sup>11</sup> No primeiro caso, com a demanda

---

<sup>10</sup> Em 1921, a produção de carne congelada do Rio Grande do Sul correspondia a 52,55% do total produzido no país, 32.548 t. de um total de 61.934 t. (PESAVENTO, 1980a, p. 147). Em 1936, fazendo uma comparação com o estado de São Paulo, o Rio Grande do Sul produzia somente 13.099 t. de carne congelada, enquanto São Paulo produzia 17.073 t. do mesmo tipo de carne. Se tomarmos as carnes resfriadas vê-se a mesma tendência: em 1921, a produção gaúcha era de 29.386 t. e em 1936 era de apenas 9.971 t., enquanto a produção do mesmo tipo de carne em São Paulo, para o ano de 1936, fora de 84.855 t. (PESAVENTO, 1980a, p. 179; 1980b, p. 149).

<sup>11</sup> Em 1930, o frigorífico Swift pagava \$700 réis pelo kg de novilho vivo e \$550 pelo kg de vaca viva. Em 1931, o mesmo frigorífico oferecia \$550 a \$500 réis para o primeiro caso, e \$450 a \$350 réis para o segundo caso. Em 1934, os charqueadores avisavam que não poderiam seguir o preço dos frigoríficos e que os preços pagos ao criador ficariam entre \$250 e \$150, diminuindo em torno de \$50 em relação ao ano anterior (PESAVENTO, 1980b, p. 67, 112). De forma geral, se comparados os preços ao criador dos anos de 1928 e 1933, temos uma desvalorização de 40% no valor dos touros, de 55% no valor dos novilhos, de 60% no valor do gado bovino de cria, de 50% no valor dos carneiros reprodutores, de 40% no valor dos capões e de 60% no valor das ovelhas de cria. O preço das terras desvalorizou em média 30% e o preço dos arrendamentos desvalorizou em média 45% (PESAVENTO, 1980b, p. 121, 122).

internacional aquecida, o que regulava o preço era a possibilidade de venda no exterior, que criava grande demanda por bovinos. No segundo caso, as charqueadas se tornam reguladoras do preço baixo devido ao aumento dos concorrentes e ao processo diferenciado de beneficiamento dos animais em relação aos frigoríficos, o que significava margens médias de lucro menores. Nas charqueadas o aproveitamento dos animais abatidos era em torno de 50%, ao passo que um frigorífico aproveita próximo de 100% do animal e gera o dobro da receita por animal abatido em relação à charqueada.<sup>12</sup> Nessas condições, os frigoríficos trabalhavam com um superlucro, disputando o mesmo mercado. Isso permitia aos últimos remunerar melhor, se necessário, o criador e ajustar-se à nova legislação sindical, que nascia em março de 1931 e, sob tutela do Ministério do Trabalho, estabelecia que os sindicatos de trabalhadores poderiam teoricamente fixar seus salários (LOVE, 1975, p. 268).<sup>13</sup> As charqueadas, diferentemente, procuravam por todos os meios comprar bovinos pelo menor preço e a remuneração dos trabalhadores se dava pelo sistema de *armazém*, segundo o qual os trabalhadores são remunerados em produtos de consumo (PESAVENTO, 1980b, p. 21) – um expediente que visa diminuir os custos monetários e extrair o máximo de sobretrabalho.<sup>14</sup> Nas charqueadas, a utilização da maior parte da mão de obra era sazonal, no período da *safra*, para o abate e preparo do charque, enquanto os frigoríficos tendiam a armazenar a carne e outros derivados e prolongar os trabalhos durante todo o ano. Assim, não estranha que houvesse certa drenagem de braços especializados para os frigoríficos, muito menos que, já nos primeiros anos de 1930, várias charqueadas tenham interrompido

---

<sup>12</sup> Enquanto um bovino de 500 kg aproveitado em uma charqueada tradicional equivalia a uma receita de 278\$200, num frigorífico o mesmo bovino gerava uma receita de 441\$000, em ambos os casos já descontados os custos intermediários (PESAVENTO, 1980b, p. 113-114, 145).

<sup>13</sup> Em 1932, fundava-se, em Pelotas, o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Saladeiris e o Sindicato dos Trabalhadores em Barracas. O primeiro sindicalizava os trabalhadores das charqueadas, o segundo sindicalizava os trabalhadores da esquila da lã (PESAVENTO, 1980b, p. 136). Quanto aos trabalhadores das estâncias, a legislação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 abriu a possibilidade de sindicalização, mas ainda longe estava de haver alguma organização com possibilidade de pressão sobre os estancieiros; ver Piccin, (2012, capítulo IV).

<sup>14</sup> Essa forma de exploração da mão de obra nas charqueadas é retomada na quinta seção deste artigo.

suas atividades, impossibilitadas de concorrer com os frigoríficos e outros estabelecimentos nacionais ou estrangeiros e/ou se ajustar à nascente legislação sindical e, a partir de 1º de maio de 1943, ao Decreto-Lei nº 5.452 da Consolidação das Leis do Trabalho (LOVE, 1975, p. 267; PESAVENTO, 1980b, p. 23, 66 e 148).

### **Crise. Que fazer? Dividir e vender os campos?**

Mas os problemas não paravam por aí. O Governo Provisório da Revolução de 1930, ao contrário do que pensavam os gaúchos, se tornara mais inflexível em fazer concessões à economia estancieira-*-charqueadora*. A isenção de impostos federais para a importação do sal espanhol utilizado no preparo do charque, que os gaúchos tanto reclamavam, foi rechaçada em benefício dos interesses relacionados ao sal vindo dos estados do Norte, em especial do Rio Grande do Norte. Além disso, para atender aos interesses das elites do sistema de *plantation* do Nordeste açucareiro, em março de 1932 se anunciava um acordo entre Brasil e Uruguai para a livre importação do charque e carne frigorificada ovina do país platino pelas alfândegas dos estados do Nordeste, a começar por Pernambuco (BRASIL, 1934). A medida visava baratear o custo da mão de obra naquela região, sendo a primeira importação de 2.000 t. de charque realizada em 25 de agosto de 1933. Em contrapartida, o Uruguai importaria arroz, trigo, aguardente, álcool, açúcar, sal e diversos produtos coloniais tais como milho, sementes, oleaginosas, ovos, queijo, banha e madeiras. O acordo de livre-comércio, portanto, agradava aos arroteiros e regiões coloniais do próprio estado do Rio Grande do Sul, aos exportadores de sal do Norte e aos *senhores de engenho e usineiros* do Nordeste, mas significava a perda de um importante mercado para o charque gaúcho que não estivesse em condições de competição com o similar platino.

Ainda que os estancieiros da Campanha tenham sido compensados com a diminuição no custo dos transportes, a suspensão do imposto de ausentismo sobre os imóveis de brasileiros no Uruguai que lá não residissem, a diminuição do imposto sobre a exportação do gado em pé na fronteira, entre outros, quando se analisa a economia estancieira do final dos anos 1920 e primeira metade dos anos 1930, tem-se a impressão de que ela estava a ponto de entrar em colapso, mesmo considerando as características da dominação tradicional do trabalho nas grandes explorações territoriais que dão a elas condições elásticas

de sobrevivência. Ou seja, que as possibilidades da classe dominante grande proprietária de terra se reproduzir como classe dominante, em termos de padrão de vida, baseado na pecuária estavam ameaçadas. As opções que foram consideradas como alternativas para a saída da crise parecem indicar sua gravidade. As compensações referidas atingiam uma pequena parcela dos estancieiros, provavelmente a mais influente e rica, mas não significavam medidas de estímulo à recuperação da economia estancieira-charqueadora. Essa conjuntura deve ter agido num sentido de tornar necessária uma extensão maior de terras para se manter um nível de rendimento adequado à reprodução do estilo de vida das classes dominantes, uma vez que os ganhos em tal economia se dão pela extensão dos domínios e não pela intensificação da produção. Mesmo a opção dos arrendamentos das terras, devido ao baixo preço praticado, era considerada um mecanismo. “[...] embaraçoso e [fonte de] irremediável desequilíbrio na renda que daí lhe provém e com a qual, muitas vezes, [os proprietários] somente contam para fazer face às contingências da vida”, como reclamava um estancieiro no início da década de 1930 (PESAVENTO, 1980b, p. 73). Parece, portanto, que era a continuidade da reprodução do estilo de vida da classe dominante grande proprietária de terras que estava em questão.

Com a diminuição do preço dos gados em torno de 50%, da terra em torno de 30% e dos arrendamentos em 44% (PESAVENTO, 1980b, p. 123), os que “pontilhavam, pois, a dianteira dos retirantes” em direção às cidades eram os “donos de *chácaras*, de *granjas*, de *fazendolas*, de *estâncias* e, muito principalmente, estes, detentores de latifúndios, donatários de vastidões interminas, monopolizadores do solo nutriz” que vendiam ou arrendavam as terras e migravam dos campos (PINTO, 1935, p. 17 *apud* PESAVENTO, 1980b, p. 72 – grifos meus). Pinto, quando descreve o que chama de “abandono das coxilhas”, busca assinalar que é, principalmente, a migração dos pequenos (*chácaras* e *granjas*), médios (*fazendolas*) e grandes proprietários (*estâncias*) que está se processando, e não a de trabalhadores rurais, por mais que também a registre.

Nesse período, a possibilidade de substituição da pecuária por culturas agrícolas intensivas em trabalho, bem como a divisão dos domínios seja pela venda, seja pelo arrendamento e a constituição de colônias agrícolas com descendentes de imigrantes europeus ou com as famílias dos trabalhadores nacionais da economia estancieira, se pôs como uma das alternativas, discutida abertamente nos congressos

da FARSUL.<sup>15</sup> Houve inclusive casos em que estancieiros arrendaram pequenas frações de terra para famílias *caboclas* como forma de diversificação das fontes de receitas, estimulados pelas culturas do trigo e/ou arroz, em pleno desenvolvimento na época, como no caso do Dr. João Dahne no município de Santa Rosa, “que facilitava ao ‘desafortunado, mas valente caboclo’ o acesso à propriedade, tornando-a produtiva” (PESAVENTO, 1980b, p. 73).

O cultivo do arroz e, posteriormente, do trigo tornava-se objeto de políticas de incentivo à produção que possibilitava o arrendamento de parcelas de terra para este fim (BESKOW, 1986; AXT, 2011, p. 350 e 366), potencializado pelo acordo de livre-comércio com o Uruguai e pela expansão do mercado interno brasileiro. Desde o início do século XX, indivíduos ligados ao capital comercial, industriais e profissionais liberais arrendavam terras para o cultivo do arroz, reunidos no chamado Centro Econômico, fundado em 1904. Um dos objetivos propalados pelo Centro era o de colonização dos campos com os excessos populacionais das Colônias Velhas. A iniciativa neste sentido foi apenas sugerir aos sindicatos agrícolas coloniais que adquirissem terras dos estancieiros e revendessem aos filhos dos colonos. Mas, como as terras de mata do norte do estado eram mais baratas, não houve empreendimentos desse tipo na região de economia estancieira. O arrendamento da maior parte da terra para lavouras de arroz ficou a cargo mesmo de comerciantes e industriais (PICOLOTTO, 2011, p. 46-54).

Mas se não houve iniciativas de compra e instalação de colônias nas áreas da economia pastoril, essa possibilidade esteve presente para os estancieiros não somente em seus discursos, objetivando-se

---

<sup>15</sup> Getúlio Vargas, então Presidente do Estado, ainda em 1929, no III Congresso da FARSUL, argumentava que “as grandes extensões territoriais, onde apascenta o gado, atendido por um reduzidíssimo pessoal jornaleiro, às vezes mal alimentado e mal pago, contribuem para aumentar o pauperismo das cidades. É preciso retaliar os latifúndios, dividi-los em pequenas glebas e cuidar da cultura intensiva dos campos”. Tendo em vista que Vargas, nesse momento, reconstruía as pontes políticas entre os grandes proprietários com vistas à unidade para a eleição presidencial que se avizinhava, é possível supor que seu discurso traduzisse uma das possibilidades então discutidas amplamente entre os estancieiros, e não algo inteiramente fora do campo das possibilidades reais abertas no período. Outro estancieiro, em 1932, argumentava que os proprietários de terra “precisavam aproveitar melhor as grandes extensões de campo, se a terra é boa. E, em tal caso, a agricultura, dentro de áreas iguais, é certamente muito mais compensadora que a criação pastoril” (PESAVENTO, 1980b, p. 16 e 72).

na fundação dos chamados consórcios profissionais-cooperativos. Estes Consórcios passaram a ser estimulados pela legislação corporativista do Governo Provisório, que, pelo Decreto-Lei nº 23.611 de 20 de dezembro de 1933, tornava atribuição privativa a tais consórcios a formação de cooperativas de qualquer espécie (BRASIL, 1933). Já o financiamento dos consórcios profissionais-cooperativos ficaria a cargo do Banco Rural, fundado em sete de maio de 1934. O Banco Rural financiaria a lavoura, a pecuária e as chamadas indústrias rurais, além “[...] das organizações econômico-profissionais dos agentes da atividade rural” (PESAVENTO, 1980b, p. 133). Nesse mesmo ano, por exemplo, fundava-se, no município de São Gabriel, o Consórcio Profissional Cooperativo dos Agropecuários de São Gabriel, reunindo estancieiros e arroteiros. Um dos objetivos do Consórcio era o de “[...] criação de colônias para desenvolver a agricultura” (RIBEIRO, 1978, p. 61). Esse Consórcio formou a Cooperativa Rural Gabrielense no mesmo ano, que passou a incorporar o beneficiamento do arroz e da carne, além de manter como objetivo em seu estatuto “a propagação do desenvolvimento da cultura dos campos e a criação de colônias no território do município” (RIBEIRO, 1978, p. 65-66).

A possibilidade da instalação de colônias fora uma das alternativas consideradas, assim como o controle do beneficiamento da carne e do arroz, que vieram a ser sintetizadas na formação das cooperativas em vários municípios da Campanha, como no caso de São Gabriel. Do mesmo modo, com os baixos preços pagos aos gados novamente ganhava força a ideia da construção de frigoríficos sob o controle dos estancieiros. Mas apesar das reivindicações no início da década de 1930 para que o Governo do Estado financiasse tais projetos, o BERGS estava comprometido com o financiamento dos estoques de charque, havendo um lento processo ao longo de quase toda a década de 1930 para que se construíssem as condições políticas para o estabelecimento de uma rede de frigoríficos nos municípios da Campanha.

Um passo importante para a materialização desta segunda alternativa foi a criação da Cooperativa Rio-grandense de Carnes em julho de 1931, pela ação da FARSUL, que deveria organizar os *criadores* em cooperativas regionais e levantar estudos sobre a instalação de matadouros e frigoríficos. O financiamento da Cooperativa viera de um empréstimo do Governo Federal. Nesse mesmo ano, o Governo do Estado criou um imposto sobre o abate de todos os animais suínos, ovinos e bovinos, destinado ao pagamento dos juros e amortizações do capital do empréstimo realizado pela Cooperativa junto à União, além de servir como um fundo para financiar a instalação dos frigorí-

ficos. Esta Cooperativa foi transformada no Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 13 de julho de 1934, por meio do Decreto nº 5.648. Os recursos acumulados desde 1931 pelo referido imposto permaneciam sendo depositados e acumulados em banco, em volta do qual se debatia sobre como se daria a transferência ao Instituto. Efetivamente, a disponibilização dos recursos ao Instituto só ocorreu em quatro de setembro de 1937, depois de muito tensionamento entre estancieiros e Governo (PESAVENTO, 1980b, p. 81, 126, 175).<sup>16</sup>

É importante perceber que o referido imposto gravava sobre todos os animais abatidos no estado, inclusive sobre aqueles das regiões coloniais. Mas gravava ainda mais, sobre o rebanho suíno, que era majoritariamente criado nessas regiões e não nas regiões de economia pastoril. Havia, portanto, uma clara transferência de renda dos pequenos proprietários de terra para os grandes proprietários de terra, com vistas ao financiamento de estruturas industriais frigoríficas para o benefício dos últimos. As regiões coloniais já haviam se adiantado aos estancieiros na construção de modernas instalações frigoríficas para o beneficiamento da banha e da carne de suínos, em funcionamento desde 1931. Sob coordenação do Sindicato da Banha,

---

<sup>16</sup> Além dos fatos da conjuntura econômica enfrentada pelos estancieiros e charqueadores que recrudescem a partir do final da década de 1920, não parece ser coincidência a transformação da Cooperativa em Instituto, nem o atraso no repasse dos recursos, nem a data em que isso ocorre. O fundo criado com o referido imposto representava uma importante fonte de poder para ser entregue aos estancieiros que controlavam a Cooperativa estadual, pois poderia gerar competidores a Flores da Cunha, então Governador do Estado, tanto nas fileiras da oposição quanto em seu próprio partido. A transformação da Cooperativa em Instituto atrelava a nascente organização à burocracia estatal, permitindo maior controle por parte do Executivo. Mas, em qualquer hipótese, o controle no repasse ou não dos recursos significava ter uma parcela importante dos estancieiros sob o controle estrito do Executivo Estadual, podendo ser utilizado amplamente nas barganhas políticas. A data do repasse dos recursos ao Instituto também não deixa de ser um fato curioso, uma vez que em setembro de 1937 estava em pleno curso o processo de isolamento de Flores da Cunha por parte de Getúlio Vargas, então inimigos políticos, levando à federalização da Brigada Militar em 14 de outubro e suprimindo enorme poder de resistência militar de Flores da Cunha, que, dois dias depois, fugiu para o Uruguai. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso, tendo início o Estado Novo no país (LOVE, 1975, p. 273). Possivelmente, Flores da Cunha buscou maior apoio interno contra Getúlio Vargas na liberação dos recursos monetários acumulados desde 1931. Além disso, havia a pressão dos charqueadores para que a cooperativa não se efetivasse, ou, ao menos, que o Governo do Estado atendesse a seus interesses como prioritários. Flores da Cunha devia ter em seu cálculo político essas contradições.

os comerciantes e industriais de derivados de suínos estavam construindo uma série de refinarias e frigoríficos na maior parte das regiões coloniais a partir da poupança interna gerada no comércio entre as colônias, a capital e o mercado de exportação (PESAVENTO, 1983, p. 95-124). As manobras do Sindicato da Banha para baixar o preço do suíno pago ao produtor levaram os suinocultores a organizar a Liga dos Colonos em vários municípios e em 1933 se estadualizou na Liga das Uniões Coloniais. Essa associação dos colonos buscou ter participação na Cooperativa Rio-grandense de Carnes formada em 1931, com vistas à industrialização da carne dos suínos; bastaria realizar emendas nos estatutos da referida Cooperativa, mas a proposta não foi levada adiante e os colonos foram excluídos como possíveis beneficiários e sócios da mesma.<sup>17</sup>

A partir de sua fundação, a Cooperativa Rio-grandense de Carnes e – posteriormente, o Instituto de Carnes – orientou a constituição de cooperativas regionais nos municípios de economia pastoril. Estas cooperativas passaram a arrendar e/ou comprar charqueadas falidas e realizar abates de rebanhos dos sócios, o que proporcionava maior remuneração aos *criadores*, uma vez que as cooperativas repassavam parte de suas margens de lucro, antes retidas pelos *charqueadores*. Uma das primeiras experiências nesse sentido foi realizada pela Sociedade dos Fazendeiros de Bagé, que entrou em funcionamento em 1932 e que, no ano seguinte, pagava um preço mais alto pelos bovinos que os *charqueadores* e frigoríficos – 270\$000 contra 185\$000 e 210\$000, respectivamente (PESAVENTO, 1980b, p. 115). Nos anos seguintes, experiências semelhantes se multiplicaram em Santana do Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Dom Pedrito, Pelotas e São Gabriel. Mas a publicação pelo Governo Federal de uma legislação sobre a adequação higiênica das instalações das charqueadas, em 26 de agosto de 1936 parece ter sido o golpe de misericórdia nos estabelecimentos *charqueadores* gaúchos. A legislação obrigava uma completa readequação destes estabelecimentos, que deveria ser realizada num prazo de dois anos. As charqueadas eram reconhecidas como insalubres e produtoras “[...] de um produto de baixa qualidade, impuro e de ‘mau aspecto’, como referiam os jornais [da época]” (PESAVENTO, 1980b, p. 161).

---

<sup>17</sup> Seriam em torno de 500 os colonos que poderiam se associar à Cooperativa Rio-grandense de Carnes, ameaçando o domínio dos estancieiros em termos numéricos na organização. Provavelmente se deve a este motivo a repulsa dos estancieiros em admitir os colonos como sócios. Sobre a luta dos colonos contra o Sindicato da Banha, ver Pesavento (1983, p. 104 e 106) e Picolotto (2011).

A grita geral que se seguiu obrigou o Instituto de Carnes a apressar os projetos de implantação de frigoríficos pela transformação das charqueadas, sob controle das cooperativas regionais, em modernos estabelecimentos de beneficiamento da carne. Agora, até mesmo uma parte importante dos *charqueadores*, então associados ao Sindicato do Charque, migrava para o Instituto de Carnes, argumentando que, com a implantação dos frigoríficos, não “seriam amparados só os *criadores*, mas os próprios *charqueadores*” (PESAVENTO, 1980b, p. 172). Em julho de 1937, o Instituto de Carnes divulgava que seu conselho de administração havia decidido pela construção de frigoríficos em Tupanciretã, Bagé, Alegrete, Lajeado, Pelotas, Rio Grande, e continuava em estudo os projetos dos municípios de Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Rio Pardo, Dom Pedrito e outros municípios. O projeto do Instituto era passar progressivamente para a produção de carnes frigorificadas, não abandonando abruptamente o fabrico do charque. O financiamento dos projetos se daria pelo montante de recursos acumulados desde 1931, graças ao imposto sobre o abate de animais; se necessário o Governo do Estado complementaria, uma vez que já vinha construindo entrepostos-frigoríficos nos portos de Rio Grande e Porto Alegre, além de ter realizado a compra de cinco navios frigoríficos, efetuado o prolongamento das estradas de ferro e a compra de vagões frigoríficos para o transporte até mercados consumidores ou para a exportação da carne (PESAVENTO, 1980b, p. 152-153). O Estado do Rio Grande do Sul não só equipava as cooperativas regionais dos estancieiros, como também construía a infraestrutura necessária para o transporte e comercialização da carne.

Esse conjunto de alterações em termos de infraestrutura para o beneficiamento e transporte, além do controle cooperativado sobre os novos estabelecimentos que surgiam, coincidiu com a retomada da demanda internacional de carne frigorificada e do charque a partir de 1935, este último com um mercado cada vez menor. No final da década de 1930, Inglaterra, Itália, Alemanha e o Japão buscavam estabelecer contratos de importação da carne brasileira. Entre 1935 e 1936 a demanda de gado duplicou nos frigoríficos gaúchos, passando de 200 mil para 400 mil cabeças (PESAVENTO, 1980b, p. 160). Agora os *criadores* gaúchos se preparavam para ser os principais beneficiários do aumento da demanda por carnes, uma vez que os processos de urbanização e industrialização do país se aceleravam, além da demanda do mercado internacional.

A seção a seguir tem o município de São Gabriel como foco da análise, em que se investiga o desenrolar desse processo e as trajetórias

de *charqueadores* como forma de destacar o conjunto de investimentos característicos desse grupo.

### **Criadores e *charqueadores*: das charqueadas à Cooperativa Rural Gabrielense**

Em São Gabriel, desde 1931 os *criadores* se reuniam para discutir a formação de uma cooperativa local, estimulados pela formação da Cooperativa Rio-grandense de Carnes. Mas somente em setembro de 1933 foi fundada a Sociedade Saladeril Gabrielense Ltda. Essa Sociedade arrendou a Charqueada São Gabriel, de propriedade do estancieiro Ildo Bicca e outros *criadores* que charqueavam os gados próprios e de terceiros. Entretanto, a legislação corporativista do Governo Provisório exigira ajustes no formato da associação. A legislação de dezembro de 1933 instituiu os consórcios profissionais-cooperativos como interlocutores privilegiados perante o governo e para o acesso de recursos, estimulando o surgimento do Consórcio Profissional Cooperativo dos Agropecuários de São Gabriel em 1934. Ao que tudo indica a nova entidade surgia de uma articulação mais ampla no município, pela iniciativa de Alfredo Bento Pereira, então Intendente Municipal e pertencente a uma tradicional linhagem de estancieiros e chefes políticos republicanos, e de Egydio Brenner, de origem urbana e descendente de alemães. Brenner havia sido gerente do Banco da Província e se tornara arrendatário da Estância do Céu em São Gabriel, que estava hipotecada ao mesmo banco onde fora gerente. Nessa estância, Brenner criava gados e fora um dos precursores do cultivo do arroz em São Gabriel, onde ajudou a fundar uma Cooperativa Rizícola no final dos anos de 1920, depois de ter participado da criação do Sindicato Arrozeiro em 1926. Tanto Bento Pereira quanto Brenner tornaram-se diretores da Associação Rural de São Gabriel em 1934, na qual empreenderam a constituição do Consórcio e, imediatamente, a fundação da Cooperativa Rural Gabrielense (CRG). A recém-criada cooperativa incorporou os membros da Associação Rural, da Sociedade Saladeril Ltda. e da Cooperativa Rizícola, sendo considerada “[...] a terceira cooperativa efetiva de carnes criada no Rio Grande do Sul, vindo logo após a Sociedade de Fazendeiros de Bagé e a Cooperativa Alegretense de Carnes, ambas fundadas em 1933” (RIBEIRO, 1978, p. 59).

A CRG pretendia ter o monopólio da relação dos produtores, seja na venda dos produtos, na compra de insumos e mercadorias de consumo, seja nas operações de crédito. Ainda em 1934, iniciou suas operações com o arrendamento de uma charqueada no distrito de Azevedo Sodré e, em cinco de fevereiro de 1936, comprou a

Charqueada Vacacaí que havia falido e pertencia ao BERGS, até então arrendada para outros estancieiros. Além disso, adquiriu um engenho de arroz e estimulou a formação de outras cooperativas, como a de lã Tejupá, a de consumo Caiboaté e a de arroz Batovi, que funcionavam em um mesmo prédio e possuíam diretorias interligadas. Pelo que indica Ribeiro (1978, p. 65) a impossibilidade da incorporação dessas outras atividades pela CRG, que gerou as demais cooperativas, se deu por dificuldades burocráticas em formar uma mesma cooperativa pluridepartamental. Mas também parece que houve problemas na administração conjunta das charqueadas e do engenho do arroz, sendo este último vendido em 24 de abril de 1941 para o Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), contribuindo para que a CRG se encarregasse apenas do beneficiamento da carne (FIGUEIREDO, 1985, p. 70). Contudo, na prática, elas funcionavam como se fossem uma mesma cooperativa, uma vez que a diretoria da CRG poderia corresponder às diretorias das demais. As cooperativas de produção também incorporaram a função de fornecer financiamento aos produtores, adiantando recursos que deveriam ser pagos em produtos nas safras (RIBEIRO, 1978, p. 57-66; FIGUEIREDO, 1985, p. 61-70).

Iniciando os abates em 1935, em 1941 a CRG já era responsável por 48,8% dos abates no município (representando 4.533 animais) e em 1942 tornara-se a única empresa a realizá-los em São Gabriel (RIBEIRO, 1978, p. 60, 85). Em 1945, a CRG desativou a Charqueada Vacacaí, comprou a Charqueada Santa Brígida que estava fora de operação e para lá transferiu suas atividades. Nesta charqueada, foram realizadas algumas reformas para melhor beneficiamento do charque e dos derivados dos animais abatidos, mas a transformação em Frigorífico Santa Brígida ocorreu somente a partir de 1956, quando a CRG contraiu um empréstimo no BERGS e contratou uma empresa dinamarquesa para a construção e equipamento do frigorífico, inaugurado em 1958. Nos anos seguintes várias outras pequenas reformas e ampliações ocorreram, mas a partir de então somente a carne frigorificada foi produzida.

A CRG teve uma média de 330 operários e 1.925 associados e no ano de 1984 foram abatidas 75.558 mil cabeças de bovinos de sócios e não sócios de São Gabriel e dos municípios vizinhos. No mercado interno, a cooperativa vendia para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de realizar contratos para a exportação de carnes para países africanos, árabes, americanos e europeus (FIGUEIREDO, 1985). Com a difusão das cooperativas-frigoríficas pelos municípios da Campanha, num contexto de ampliação da demanda crescente por carne frigorificada, a estrutura da produção

industrial de carne se alterou em 1965, do total da carne produzida no Rio Grande do Sul, somente 7% eram de charque (BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO, 1968, p. 77). Contudo, em 1991 o Instituto de Carnes foi extinto e, como num jogo de dominós, as cooperativas regionais da Campanha entraram em falência uma a uma.<sup>18</sup>

Um dos motivos para que as cooperativas de carne que se constituíram na Campanha a partir de 1930 assumissem um significado econômico e simbólico estratégico é que a conjuntura daquela década determinou o aniquilamento dos *charqueadores*. Todas as seis charqueadas então existentes no município faliram no período entre 1929 e 1941, com exceção da Charqueada Vacacaí, comprada pela CRG. Todas haviam sido construídas em função da chegada da estrada de ferro e próximo a ela se localizavam, sendo os estancieiros diretamente proprietários individuais ou em sociedade. Mas os estancieiros proprietários das charqueadas não eram só estancieiros, nem simplesmente estancieiros-*charqueadores*, pois também possuíam investimentos econômicos, escolares e/ou militares.

Vale a pena analisar as trajetórias dos *charqueadores* para perceber não só como os distintos capitais (BOURDIEU, 2002) eram investidos, mas também o sistema de relações sociais e de dominação que se formava nestes estabelecimentos. A primeira charqueada no município foi fundada em 1889, por Manuel Patrício de Azambuja e seu filho Fábio de Azambuja, quando a estrada de ferro fora construída até Bagé e se esperava que logo chegasse a São Gabriel, o que se efetivou somente em 1900 em função das guerras. Manuel havia lutado contra os revoltosos da Revolução Farroupilha (1935-1945), na condição de Alferes do Exército Imperial, tendo se tornado estancieiro em São Gabriel. Seu filho Fábio, o mais novo deles, tendo um irmão mais velho e outras três irmãs, nasceu em julho de 1862, seguiu a carreira militar, concluiu a Escola Militar da Corte em 1886 e, no ano seguinte, o curso de Engenharia Militar. Em 1889, torna-se Capitão e professor na Escola Militar do Rio Grande do Sul, no mesmo ano exonerado, e participa ao lado dos maragatos na Revolução de 1893, contra Júlio de Castilhos. Depois de participar de vários cargos políticos, entra para a reserva em 1924, tornando-se Marechal, e morre em 1955. Os Azambuja vendem a Charqueada Vacacaí em 1918 para a família Martins, permanecendo com suas estâncias (FIGUEIREDO, 1985, p. 77; ANAIS AHRGS, 2009).

---

<sup>18</sup> Os motivos pelos quais houve a falência de todas as cooperativas de carne dos municípios da Campanha e o fim do Instituto de Carnes são abordados em Piccin (2012, VIII).

A empresa Antonio Maria Martins & filhos já havia comprado no município de São Gabriel a Estância do Céu, a Estância do Batovi e o Rincão da Cavalhada, além de arrendar as estâncias da Barra, do Pavão e do Jacques, esta última no município vizinho de Lavras do Sul. A administração dos negócios da família em São Gabriel coube a José Antônio Martins, nascido em 19 de abril de 1881, formado em agronomia na primeira turma da Faculdade de Veterinária e Agronomia de Pelotas em 1900. A família também se envolveu nas guerras internas no estado, e na Revolução Farroupilha, o avô de José Antônio, Antônio José Martins Coelho, juiz de direito no município de Bagé, lutara ao lado dos revoltosos. Contudo, o pai de José Antônio, Antônio Maria, decidira não se envolver na Revolução de 1893 e emigra com a família e seus subordinados para a República Oriental do Uruguai, levando seus gados para os campos arrendados no Departamento do Salto. Depois de terminada a Guerra Civil, retorna para Bagé, onde possuía as estâncias da Taipa, do Cerrito e Jaguarão Chico. Em 1900, quando José Antônio se forma em agronomia em Pelotas, a família adquire e arrenda as referidas propriedades em São Gabriel, possuindo como sócios outras duas pessoas de fora da família. Os campos da empresa somavam mais de 20 mil hectares, com 18.959 cabeças de bovinos, mil equinos e 50 mil ovinos em 1917, sendo o terceiro maior rebanho particular do estado. Mas não foi somente na criação de gados e na charqueada que José Antônio Martins investiu, tendo aí também desenvolvido uma atafona para produção de farinha de mandioca junto à charqueada e uma olaria, além da plantação de um milhão de pés de eucalipto para ser comercializado com a Viação Férrea para a expansão das estradas de ferro das lavouras de arroz, milho, feijão, mandioca e da criação de suínos. Em meados dos anos de 1920, em suas terras havia mais de 500 famílias de trabalhadores, número este que aumentava quando a charqueada entrava no período da safra este número aumentava. À plantação de eucaliptos ele encarregou um engenheiro florestal chileno, e à plantação de arroz e mandioca um agrimensor dos Estados Unidos. Contudo, diferentemente de seu pai, José Antônio se envolveu na luta política e na Revolução de 1923, colocando-se contrário à reeleição de Borges de Medeiros, e participou dos levantes armados. Provavelmente, ajudou a financiar os revolucionários. Teve parte de seus gados roubada, plantações destruídas e fora preso. Mas, apesar dos prejuízos, foi com a crise de 1929 e a quebra do Banco Pelotense (LAGEMANN, 1985), tendo as dívidas executadas, que seu domínio entrou em falência e as terras, fábricas e plantações passaram para o controle do BERGS e do Banco da Província.

cia, sendo a Charqueada Vacacaí arrendada para outros estancieiros-*charqueadores*. José Antônio morre em dezembro de 1931. Em 1936, a antiga Charqueada fora adquirida pela CRG (FIGUEIREDO, 1985, p. 77-81; CABEDA, 1997?).

Outra charqueada foi a Santa Brígida, de Boaventura Ferreira da Silva. Boaventura era de Pelotas, tendo adquirido a charqueada em 1914, então conhecida como Charqueada da Trilha ou do Passo do Pinto, por ser às margens do rio Vacacaí. Inaugurada nos primeiros anos de 1900, seus primeiros donos eram estancieiros e haviam montado, junto à charqueada, um curtume, oficinas de lombilharias, sapataria e tamancaria. Estas atividades foram desativadas por Boaventura, que manteve apenas a produção do charque. Tendo sobrevivido à crise de 1929 e às quebras dos bancos regionais, foi desativada no início da década de 1940 pelo recrudescimento da concorrência com os frigoríficos e pela onerosa reformulação que a legislação trabalhista e sanitária de 1936 exigia. Em 1945, fora vendida para a CRG (FIGUEIREDO, 1985, p. 83-86).

A Charqueada de Azevedo Sodré também surge da iniciativa de um grupo de estancieiros do distrito de Azevedo Sodré, nome de uma das estações da ferrovia. Desde 1898, ainda quando a ferrovia estava em construção, a charqueada já abatia, sendo o charque transportado por carretas puxadas por boi até Bagé, para ser despachado pelos trilhos. A existência do referido distrito está ligada à charqueada, que passou a aglutinar um importante povoado no município devido às suas atividades. Junto à charqueada, seu proprietário, Ramão Lopes da Rosa, colocara em funcionamento uma atafona. Por volta da década de 1920, vende a charqueada para outro estancieiro, que entra em falência com a crise de 1929, passando à propriedade do BERGS. Depois disso, fora arrendada para vários outros estancieiros e deixou de funcionar em 1940 (FIGUEIREDO, 1985, p.86-87).

A Charqueada Industrial Gabrielense também surge em 1898, nas proximidades do traçado por onde passaria a estrada de ferro. Fundada por estancieiros, é vendida para várias empresas nas quais se associavam os grandes proprietários da região, sendo que seus últimos dois sócios, Zeno de Castro e João Ivo Menna Barreto<sup>19</sup>, teriam se desentendido e se enfrentado a bala em abril de 1941, provavelmente devido às dívidas, pondo um fim definitivo à charqueada (FIGUEIREDO, 1985, p. 89-91).

---

<sup>19</sup> Para uma análise da linhagem dos Menna Barreto, ver Seidl (1999).

A menor charqueada do município era a São Gabriel, que também pertencia a uma tradicional família de estancieiros, os Bicca. Fundada em 1921, seus proprietários instalaram em 1924 uma fábrica de sabão, como forma de aproveitar as graxas dos animais abatidos. Mas a charqueada São Gabriel fora arrendada sucessivamente para vários estancieiros, entre eles para Nabor Salgado, depois diretor em várias ocasiões da CRG, e deixou de funcionar no final dos anos de 1930 (FIGUEIREDO, 1985, p. 91-92).

A última charqueada a ser construída no município foi a Charqueada Santo Antônio em 1929, por Antônio Coimbra Gonçalves e seus filhos, estancieiros no município. Construída próxima à estação ferroviária Bela Vista, proporcionou aumento populacional no vilarejo que se chamaria "distrito de Tiaraju". Coimbra Gonçalves fora presidente do Clube Comercial entre 1919 e 1923, presidente do Sindicato Rural e prefeito entre 1938 e 1944. Pelos mesmos motivos das demais, a Charqueada Santo Antônio fechou definitivamente em 1941 (FIGUEIREDO, 1985, p. 87-89).

A análise dessas trajetórias é importante em virtude do que elas trazem das características dos *charqueadores* e dos motivos da resistência e permanência das charqueadas por tanto tempo no estado do Rio Grande do Sul. Os *charqueadores* também eram grandes proprietários de terra, não raro colecionavam altas patentes no Exército, ou eram de linhagens de militares. Dificilmente uma grande linhagem de estancieiros não tinha alianças com *charqueadores*, mesmo pelo estatuto do matrimônio (PICCIN, 2012, p. 232). Eram estes indivíduos que possuíam um grande poder de pressão no Executivo Estadual, mas também, e talvez principalmente, dentro das entidades de representação dos estancieiros. Aqueles que eram apenas *criadores* estavam em franca desvantagem pelos poucos recursos que poderiam mobilizar em termos monetários e também em termos de relações sociais e simbólicas.

Quanto aos empreendimentos *charqueadores*, aí se associavam outras iniciativas de manufaturas, como atafonas e fábricas variadas, como de sabão, sapataria e tamancaria, curtume, lombilharias e investimentos variados em lavouras arroz, eucaliptos etc. Se isso já dava aos *charqueadores* uma superioridade inigualável perto dos demais *criadores*, o modo de exploração da mão de obra lhes permitia também ampliar, até certo ponto, o grau de resistência à concorrência com os frigoríficos. As redefinições de ordem legal e da legislação trabalhista a partir de 1931, sendo exatamente esta última característica, o que lhes permitira até então certo grau de plasticidade, foram um dos motivos principais de sua extinção.

## O fim do *espantallo da fome*: sobre as relações sociais de produção nas charqueadas

Infelizmente pouco se conhece da dinâmica das relações sociais que se estabeleceram nas charqueadas após a abolição. No período escravocrata, que coincide com a localização da maior parte das charqueadas na região de Pelotas, há consenso na literatura especializada de que o trabalho era escravo, cujo número podia chegar a 80 indivíduos em cada estabelecimento charqueador (CARDOSO, 2003; ZARTH, 2002). Mas não há bibliografia que aborde o período posterior. A fonte que utilizo para fazer algumas indicações sobre as relações sociais de produção são os relatos de Figueiredo (1985) sobre o período, com descrições, realizadas em primeira pessoa, de quem viu ou viveu tais situações.

A construção de um estabelecimento charqueador previa a instalação em seus arredores dos trabalhadores que possuísem família e dos trabalhadores solteiros, o que acabava formando um povoado em volta de cada charqueada. Nesse povoado também residiam os gerentes e os capatazes; os primeiros eram responsáveis pela administração de tudo que envolvesse dinheiro, como a compra de insumos, pagamento de pessoal e faturamento do charque; os segundos eram responsáveis pelas ordens aos *peões* em cada setor da charqueada. Os *peões* poderiam ou não ter família nesse povoado e trabalhavam no abate e beneficiamento da carne. Nesses povoados também havia igreja, armazém de comércio, onde se encontravam produtos de alimentação básicos como açúcar e sal, bar e cancha para corridas de cavalo nos finais de semana, posto policial, escola e, às vezes, posto telefônico. Em alguns casos, aí também havia “luxuosas residências, onde se respirava o ar da riqueza e a pomposidade da fortuna” dos estancieiros-*charqueadores*, com direito à piscina e quadras de tênis (FIGUEIREDO, 1985, p. 86).

Os postos de trabalho dos *peões* na charqueada se dividiam em *peões* matadores e carneadores, responsáveis pela morte, retirada das vísceras, couro e ossos, e *peões charqueadores* que realizavam os cortes para que as tiras de carne fossem salgadas e, depois, levadas ao varal no exterior dos prédios para ficar ao sol durante determinado tempo e se tornar charque. Os *peões charqueadores* eram os trabalhadores mais bem pagos da charqueada e poderiam ser *emprestados* entre os *charqueadores* se em alguma charqueada houvesse a falta destes *peões* especializados. A falta de tal tipo de trabalhador especializado se acentuou depois que os frigoríficos começaram a produzir o charque

e disputar o mercado com os *charqueadores*, pois drenou muitos deles para os modernos estabelecimentos industriais.

A forma de remuneração dos peões casados envolvia o direito de receber uma *casa*, sem precisar pagar aluguel, e uma *horta*, onde poderia plantar milho, feijão, mandioca e criar pequenos animais, como suínos, para consumo doméstico. Os *peões* solteiros moravam nas chamadas *quadras*, pequenas instalações geminadas destinadas a um ou dois operários, e eram contratados na época da *safra*. Durante a *safra*, os *peões* e suas famílias tinham o direito de receber certa quantidade de partes dos animais não utilizadas na confecção do charque ou para beneficiamento no estabelecimento, como os rins, pulmões, fetos de animais abatidos, pescoço, costelas, estômago, ossos e restos de carne da coluna cervical e recortes de carne e charque não utilizados. A carne, o couro e as graxas eram os produtos com valor comercial e de interesse do charqueador. Se as partes sem interesse comercial não fossem todas utilizadas pelas famílias dos trabalhadores, o charqueador poderia mandar distribuir na porteira da charqueada, onde famílias pobres já aguardavam, ou nos bairros pobres da cidade, como fazia o estancieiro-charqueador Antônio Coimbra Gonçalves, que fora prefeito municipal. Assim, época de matança era considerada “espan-talho da fome” (FIGUEIREDO, 1985, p. 105).

Nos períodos em que não havia abates, os *peões* solteiros eram dispensados e as famílias dos operários que permaneciam nas intermediações das charqueadas podiam receber uma porção de graxa, sal cavado e sobra de charque. A remuneração em dinheiro dos trabalhadores era diferenciada, sendo que os *peões carneadores* recebiam por animal abatido, desde que o couro retirado permanecesse íntegro, sem furos. A conferência dos couros era realizada pelo *capataz* da *cancha* de abate e se tivesse alguma imperfeição causada pela *faca* dos *carneadores*, eles não recebiam por aquela rês abatida. É bem provável que os *peões* solteiros fossem mais bem remunerados em dinheiro do que aqueles com direito de receber casa, horta e partes de animais sem valor comercial ao charqueador, que deveriam receber próximo de zero. O número destes *peões* solteiros em cada charqueada devia depender da possibilidade de internalizar maior ou menor número de famílias nas áreas próximas e da disponibilidade maior ou menor de mão de obra especializada no sistema charqueador. O que interessa perceber é que estes *peões* solteiros, no caso de serem especializados, deviam representar uma sangria monetária ao charqueador, que era preciso estancar com a concessão do direito a *casa*, *horta* e *carne* sem valor comercial, em resumo, a constituição de família aos *peões*.

As charqueadas encerravam, assim, um sistema de dominação que prendia, literalmente, pela boca e penhorava a alma daqueles que o chicote da fome alcançava. Escreve Figueiredo (1985, p. 103):

Com que alegria, não esqueço, aquela pobre gente esperava a passagem do veículo [que distribuía os restos de carne da charqueada nos bairros pobres da cidade!] Cada um ganhava o seu quinhão, para se retirar após, sorridente e *agradecido*. Era a época do fervido com pirão gordo de farinha de mandioca. Não poucas vezes, cheguei em casas que só tinham na mesa esse tipo de prato. E que substância! A gente comia esse prato de fervido carnosos e pirão de farinha mexido na própria gordura da carne e ficava farto, alimentado para o resto do dia. Que tempo! Que fartura de carne! A última das farturas populares da beira da cidade (os grifos são meus).

Nesse sistema, o charqueador não pode aparecer aos subordinados de outra forma que não como o provedor da subsistência dessas populações, cujo sentimento de *agradecimento* dificilmente será saldado. Tanto a *carne* quanto a *farinha de mandioca* utilizados no preparo do principal alimento, o *pirão gordo de farinha de mandioca*, eram produzidos diretamente pela charqueada, no caso dos restos de carne e gordura, e pelas atafonas que próximas desta também eram instaladas pelo estancieiro-charqueador. Assim, a dominação personalizada se estendia para além das famílias subordinadas diretamente ao sistema de trabalho no estabelecimento, que aí recebiam *casa, horta, e restos de carne* em troca do trabalho, e envolvia sentimentos de dependência de todos aqueles que *ganhavam* a base de sua própria alimentação. É bem provável que este sentimento de dependência tenha sido investido como poder simbólico por Coimbra Gonçalves em sua eleição para prefeito.

Com o fim das charqueadas e o progressivo aproveitamento integral dos animais abatidos pela Cooperativa Rural Gabrielense, ocorreu uma transformação importante para ambos os agentes envolvidos. Agora, todos os derivados do animal abatido possuem valor comercial e encerrara-se a distribuição do que antes não interessava aos *charqueadores*. Se, antes, comer carne não era privilégio de ninguém, mesmo que fosse *pirão de farinha de mandioca* com a gordura fervida dos ossos dos animais, agora a aquisição da carne se dava pela compra e se tornou um privilégio para poucos: “agora nunca mais, nunca mais mesmo” como se referiu uma moradora a Figueiredo (1985, p. 102), quando indagada sobre o consumo de carne. A

possibilidade de consumo da carne passa a ser uma componente da distinção entre as classes sociais.

Portanto, pode-se entender o porquê da abordagem saudosista de Figueiredo e das declarações dos trabalhadores por ele ouvidos quanto ao período da existência das charqueadas. Entretanto, este também é um período de mudança do sistema de dominação em que coexistem o que Weber (1999) denomina de “dominação personalizada ou tradicional”, cuja legitimidade está baseada na tradição e disposições transmitidas pelo tempo, encontrando objetividade nas ordens emitidas pelos grandes proprietários de terra e nas respostas recíprocas dos subordinados, e desenvolvem-se rapidamente elementos de uma “dominação legal”, baseada em leis trabalhistas e sindicais acopladas a instituições destinadas a garantir esse conjunto de regras formais. Isso significa a obtenção e legitimação de novos direitos, como o salário mínimo e o acesso à aposentadoria; como contra-argumentou um antigo trabalhador das charqueadas a Figueiredo (1985, p. 110): “Olhe, a vida de pobre no tempo das charqueadas nunca mais será igual; mas a de hoje não é tão ruim como fazem”, e, com a mão no bolso, retira e mostra ao autor um cartão do INPS. No momento em que a dominação legal se amplia por força de lei, ganhando legitimidade, e os mecanismos para garanti-la se difundem, redefinem-se as relações entre os grupos e classes em distintas posições no espaço social.

Assim, o sistema de morada das charqueadas se desintegrou e a mão de obra empregada na CRG passou a viver em uma vila de operários construída pela prefeitura em 1966, chamada de Vila Dr. Dácio, em referência a Dácio de Assis Brasil. Tem-se, assim, a formação do operariado moderno, possuidor de sua própria pessoa, de sua força de trabalho para vendê-la a quem quiser, sem o peso das dívidas morais do sistema anterior, e de onde tirará todas as condições de sua subsistência. As exigências definidas a partir da legislação trabalhista de 1931 puseram fim a uma das características de resistência das charqueadas frente aos frigoríficos: a exploração e dominação personalizada da mão de obra. Agora, manter a exploração da força de trabalho sob tais condições representava um risco que dificilmente poderia ser corrido. Por outro lado, adequar-se à legislação implicava em ser eliminado pela concorrência.

Mas, se mudaram as relações para os trabalhadores do sistema de industrialização da carne, alterou-se também a posição dos estancieiros no sistema de relações entre as classes dominantes no país. O charque era um artigo de consumo das classes populares e, como tal, um

fator importante a determinar o custo de reprodução da mão de obra necessária às lavouras de exportação do Nordeste e Sudeste brasileiro. A carne frigorificada não se tornou um dos principais artigos de reprodução da força de trabalho das classes trabalhadoras no país, mas sim um artigo de consumo não popular. Internamente, desapareceu a clivagem entre estancieiros-*charqueadores* e estancieiros-*criadores*, para serem todos apenas *estancieiros* cooperativados ou não.

### Sobre a metamorfose estancieira: à guisa de conclusão

A eleição de Getúlio Vargas em 1928 representou a quebra da antiga aliança entre setores sociais até então dirigente do estado, combatida desde a Revolução de 1923. O fim daquela hegemonia se aprofundou com a formação do BERGS, pela crise de 1929 e a Revolução de 1930, em que ganhou novo status o setor industrial. A disputa entre estancieiros-*charqueadores* e estancieiros-*criadores* ganhou contornos dramáticos. A retração do mercado europeu para as carnes frigorificadas fez os frigoríficos entrarem na produção do charque e os *saladeros* uruguaios a aumentarem a concorrência pelo mercado brasileiro. Além disso, as classes dominantes do Nordeste canavieiro, também em crise devido à retração do mercado internacional para seus produtos, desferiram um importante golpe contra as classes estancieiras do Rio Grande do Sul com a liberação do comércio do charque para o Uruguai naquela região do país. O BERGS foi chamado a socorrer e financiar principalmente os *charqueadores* gaúchos na tentativa de controle da oferta do charque e não para o financiamento dos *criadores*. Foi somente com a quebra dos *charqueadores* que se tornou possível aos *criadores* empreenderem associações e cooperativas para industrializar seus próprios produtos, depois transformados em frigoríficos. O principal motivo do fim das charqueadas foi, exatamente, a legislação trabalhista e sanitária inaugurada com o Governo Provisório.

Assim, parece que deve ser relativizada a afirmação de Love (1975, p. 261) quando afirmou que um dos motivos de os gaúchos estarem mais bem preparados para a Revolução de 1930 era que “[...] dentre os grupos políticos liderantes [no país], os rio-grandenses eram os menos dependentes do sistema econômico internacional e, portanto, os menos arruinados por seu colapso”. O fato de não terem o comércio direto com o exterior do país não quer dizer que não tivessem sido atingidos indiretamente pelo *crash* de 1929, e pelos eventos subsequentes, nem que fossem menos dependentes do comércio internacional. Se havia a impressão de que os gaúchos eram “os menos arruinados” pela crise internacional, estes motivos não podem ser

buscados no funcionamento da economia estancieira, *stricto sensu*, como fica demonstrado neste artigo. Talvez, o mais correto seja recorrer aos processos de formação da elite estancieira e compreender os diferentes recursos acumulados em suas trajetórias sociais. Trata-se de uma elite que não é só estancieira-criadora/grande proprietária de terras, mas também é charqueadora, acumula graduações militares e escolares, e possui investimentos variados em outras atividades econômicas, como fábricas de diferentes tipos junto às charqueadas, lavouras de arroz etc.

Obviamente, essa morfologia da elite estancieira passou a repercutir dentro da entidade que pretendia lhe representar a partir de 1927. Até então a luta entre *criadores* e *charqueadores* se dava abertamente por meio de entidades e movimentos políticos diferentes, sendo estas contradições internalizadas na formação oficial da FARSUL. Com o fim da atividade charqueadora exercida por estancieiros privados, a principal distinção no âmbito da atividade pecuarista desapareceu.

O que ocorre com os estancieiros no Rio Grande do Sul é exatamente o contrário do que se passa com os *senhores de engenho* no Nordeste, quase no mesmo período. Lá, a modernização tecnológica do beneficiamento da cana-de-açúcar promoveu a distinção entre *usineiros* e *fornecedores*, em que os últimos ainda poderiam conservar-se como produtores de rapadura e aguardente, mas numa posição reconhecidamente subalterna. Os *senhores de engenho* que não se modernizaram em *usineiros* viram sua marginalidade reforçada pelas subvenções públicas com a criação do IAA a partir de 1933. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o fim das distinções no seio da classe estancieira foi reforçado com a criação do Instituto Rio-grandense de Carnes, sendo tábua de salvação aos próprios *charqueadores* moribundos. As diferenças vão além, pois enquanto o declínio dos *senhores de engenho* se acentuou entre 1950 e 1980, “[...] de uma forma sem precedentes até então” (GARCIA JR., 1989, p. 72), é exatamente nesse período que os estancieiros saem da crise enfrentada nas décadas anteriores.

O período que antecede a década de 1940 é cheio de significados em termos das alternativas postas em análise pela elite estancieira. A saída cooperativada não foi a única imaginada, mas uma entre outras que foram mais ou menos testadas, e acabou por se afirmar ao longo dos anos, especialmente pelo reaquecimento da demanda de charque e carne frigorificada. O que parece ter ocorrido entre o final da década de 1920 e 1930 foi uma crise de reprodução da classe dominante enquanto classe dominante não só em termos de queda dos padrões de consumo, mas de reprodução da posição social como grande proprie-

tário fundiário baseado na pecuária. Se uma das alternativas à saída da crise enfrentada pelos *senhores de engenho* ou pelos cafeicultores na região das antigas plantações de café era a expulsão de *moradores* e dos *intrusos* e a transformação das lavouras em pastagem com a introdução da pecuária, no Rio Grande do Sul nem mesmo a aposta por aumentar a produtividade do trabalho à custa de menores dispêndios monetários, aumentando assim o rendimento líquido por unidade de área, se tornara uma saída segura aos estancieiros. Aliás, era exatamente essa estratégia de exploração da força de trabalho que estava sendo questionada pela compressão do preço do gado; a extração do sobretrabalho por esse meio não remunerava mais adequadamente as elites estancieiras.

De todo modo, as experiências de charqueadas cooperativadas permitiram repassar aos *criadores* as margens de lucro antes retidas pelos *charqueadores*. Quando o Governo Federal expediu a Legislação Trabalhista e, depois, a Legislação Sanitária, à qual todos os estabelecimentos de carne salgada deveriam se adequar, acabou por condenar os *charqueadores* ainda existentes. Logo após a criação das cooperativas se processou um aumento dos preços do charque e carne no mercado, afirmando o caminho cooperativista. A criação do Instituto de Carnes e a ação do Estado completaram o que faltava para a metamorfose estancieira. Neste aspecto, as classes dominantes se assemelham todas. O Estado sempre fora chamado para subsidiar seus domínios econômicos direta e renovadamente com a constituição de “instituições públicas apoiadas no Tesouro Nacional, servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante” (GARCIA JR., 1989, p. 227). A conclusão de Garcia Jr. serve tanto para o caso que ele estudou, quanto para os cafeicultores do Sudeste ou, substituindo-se a palavra “Tesouro Nacional” por “Tesouro Estadual”, os estancieiros no Rio Grande do Sul. A diferença de fonte de recursos expressa a posição subalterna das elites agrárias do estado no contexto das elites nacionais, ao menos neste período. Foi no âmbito local que as elites gaúchas trataram de fazer o Estado socorrê-las, por isso tivemos um Instituto Rio-grandense de Carnes e não um Instituto Brasileiro de Carnes.

Com o financiamento público para a transformação das charqueia-cooperativadas em frigorífico-cooperativados, não houve somente uma simples passagem da produção do “charque” para a “carne”, mas junto com ela ocorreu a transformação de natureza da classe estancieira. A carne de bovino, mais que a carne de suíno ou frango, é um artigo que às vezes, “muito raramente”, está presente na dieta das

classes trabalhadoras, como percebeu Stolcke (1986, p. 314) no caso dos trabalhadores saídos do sistema de *colonato*, com o fim deste a partir de 1960. Se o que os estancieiros colocam no mercado não faz mais parte do cálculo do custo da força de trabalho (antes da carne de bovino estará, certamente, o frango ou o suíno, produzidos, aliás, em sua maior parte por pequenos proprietários), então eles se tornaram libertos da submissão imposta por outras frações da classe dominante que precisam garantir uma “cesta de produtos” barata para o aumento da extração de mais-valia de seus explorados via compressão do salário. Os estancieiros passam a ofertar no mercado artigos de consumo de luxo. Portanto, há uma reclassificação social da elite estancieira “para cima” nesse período histórico, dada não somente pela valorização do gado, mas pela mudança de natureza quanto à inserção nos mercados.

## Referências bibliográficas

- ACCURSO, Jorge. A Economia Gaúcha nos anos 1990. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Coord.). *Economia Gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, p. 45-62, 2002.
- ALONSO, José et al. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ANAIS AHRS, *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Guerra Civil no Brasil Meridional (1835/1845). Porto Alegre: AHRS, v. 17, 2009.
- AXT, Günter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Estudo econômico da bovinocultura gaúcha*. Porto Alegre, Banco Nacional do Comércio S.A., 1968.
- BESKOW, Paulo Roberto. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *Les Structures Sociales de l'économie*. Paris: Les Éditions Du Seuil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL, *Decreto nº 23.710, de nove de Janeiro de 1934*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23710-9-janeiro-1934-557865-publicacaooriginal-78588-pe.html>. Acesso: 12/04/2012.
- \_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 23.611 de 20 de dezembro de 1933*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116689/decreto-23611-33>. Acesso: 12/04/2012.

- CABEDA, Corálio Bragança Pardo. *José Antônio Martins e o desenvolvimento da Campanha Rio-grandense – um pioneiro esquecido*. (mimeo.) 199?
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRION JR. Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul: evolução recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). RS: *Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 403-424, 1993.
- COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). In: *Revista de Política Agrícola*, Ano X, n.1, p. 03-58, 2001.
- FIGUEIREDO, Osório Santana. *Cooperativa Rural Gabriellense Ltda.: 50 anos de História*. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1985.
- FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do estado e a criação do sindicato arroseiro. In: DACANAL, Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). RS: *economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- GARCIA Jr., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.
- \_\_\_\_\_. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). *Revista Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p. 73-87, 2007.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional?* Campinas, SP, IE/Unicamp, Tese de doutorado, 2000.
- KIELING, José Fernando. *Expansão da Agropecuária Sul-Rio-Grandense (1950-1980)*. Pelotas: EDUFPEL, 1999.
- LAGEMANN, Eugênio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAESTRI, Mario (Org.). *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010a.
- \_\_\_\_\_. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mario (Org.). *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, p. 212-300, 2010b.

- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo; Difel, 1979.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 358-402, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- \_\_\_\_\_. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980a.
- \_\_\_\_\_. RS: *A economia e o poder nos anos 1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980b.
- PICCIN, Marcos Botton. *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Tese (Doutorado), DCS/IFCH, Unicamp, Campinas, 2012.
- PICOLOTTO, Everton. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ (Tese de doutorado), 2011.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira. *Modernização e concentração de capital na economia primária gaúcha: o caso da Cooperativa Rural Gabrielense*. Porto Alegre, UFRGS/IFCH (monografia de especialização em História). 1978.
- SEIDL, Ernesto. *A espada como "vocaçào": padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Dissertação de mestrado), 1999.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

PICCIN, Marcos Botton. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2014, vol. 22, n. 2, p. 253-285, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Patronato Estancieiro Gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo*). Este artigo analisa o processo de transformação dos grandes proprietários de terras e criadores de gado extensivo do Rio Grande do Sul de produtores subsidiários das lavouras de exportação do país a produtores de artigo de luxo no pós-1930. O charque passou a ser substituído pela carne frígida devido à criação do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, que promoveu uma rede de frigoríficos em vários municípios da Campanha. Há uma reclassificação social dos estancieiros “para cima” nesse período histórico devido à mudança de natureza quanto à inserção nos mercados. Neste trabalho se analisa o campo de forças formado por estancieiros que só criavam, estancieiros que criavam e também eram charqueadores, frigoríficos, outras elites agrárias nacionais e medidas do Governo Provisório. A resultante dessas lutas será a criação do referido Instituto que funda as estratégias econômicas postas em prática durante a segunda metade do século XX.

**Palavras-chave:** estancieiros, charqueadas, Revolução de 30, Instituto de Carnes

**Abstract:** (*Gaucha Ranch Employers: from subsidiary of export crops to luxury goods producers*). The present paper analyzes the process of transformation of large landowners and extensive livestock farmers in Rio Grande do Sul which, from being subsidiary to producers of the country's export crops became luxury item producers in the post-1930s. Beef jerky became replaced by refrigerated meat due to the creation of the Meat Institute of Rio Grande do Sul. There is an “upward” social reclassification of ranchers in this historical period due to change in the nature of the product as well as their insertion into markets. The study analyzes the forces mobilized by ranchers who only raised livestock, ranchers that raised livestock and were also beef jerky manufacturers, meat packers and their relations with other national agrarian elites and measures put in place by the Provisional Government of the time. The result of these efforts culminated in the creation of the Institute and the economic strategies implemented during the second half of the twentieth century.

**Keywords:** Ranchers, charqueadas, 30's Revolution, Meat Institute.

Recebido em novembro de 2014.

Aceito em dezembro de 2014.